



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: ALFREDINHO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 19/08/2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Tumulto
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Declaro aberta a 9ª audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa realizada no ano de 2015, tendo como objetivo expor e debater o PL 305/2015, do Executivo, que “dispõe sobre a criação do Quadro de Analista de Desenvolvimento Urbano - QAD, com plano de carreira, reenquadra cargos e funções de Especialista em Desenvolvimento Urbano, nas disciplinas de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, do Quadro de Pessoal de Nível Superior, instituído pela Lei nº 14.591, de 13 de novembro de 2007, e institui o respectivo regime de remuneração por subsídio.”

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, *link* Auditórios On-Line.

Para compor a Mesa convido os Srs.: Valter Correia da Silva, Marcela e a assessoria do Sr. Secretário e os Srs. Vereadores membros da Comissão: Ari Friedenbach e Arselino Tatto. As inscrições já estão abertas aqui ao lado direito e se algum Sr. Vereador quiser fazer uso da palavra inicialmente, manifeste-se.

Tem a palavra o Vereador Arselino Tatto.

O SR. ARSELINO TATTO – Sr. Presidente, Sr. Secretário Valter Correia da Silva, da Secretaria de Gestão, e demais assessores que o acompanham, engenheiros, arquitetos e agrônomos que nos visitam, esta audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa é fruto de uma reivindicação dessas categorias envolvidas para que o Secretário assim viesse, no sentido de ouvir as reivindicações, a possibilidade de um substitutivo com alguma alteração de emendas.

Enfim, para ser muito direto e claro, sei que existe uma mesa de negociações e foram feitas negociações e muitas conversas. Mas, muitos engenheiros que nos acompanham há meses na Câmara Municipal procuram os Srs. Vereadores nos corredores, na sala da liderança. Ontem mesmo eles estavam dizendo que a Prefeitura não dialogou com os mesmos. Eu sei que a Prefeitura dialogou e sempre o faz.

Então, essa é uma oportunidade. Quero agradecer, em nome do Governo, como Líder do Governo, a vinda do senhor nesta Casa. Obrigado pela presença. Agora, pelas inscrições, ouviremos os pleitos e gostaria que o senhor, juntamente com o Sr. Prefeito, analisasse a possibilidade de acatar aquilo que for possível, pois sei que a maioria quer a votação rápida do projeto, porque beneficia a maioria. Mas existe uma minoria que também tem direito...

- Manifestações no recinto.

O SR. ARSELINO TATTO – Continuem vaiando que iremos bem hoje. Mas existe uma minoria que tem direito também. Eles não escutam, não é? É por isso que não ouvem. Eles têm direito de fazer as reivindicações. A Comissão de Justiça já aprovou o projeto, porque a Comissão analisa a legalidade e a concessionalidade.

Então, hoje é uma oportunidade para que eles possam mencionar as reivindicações, o Sr. Secretário responder e verificar nos próximos dias, dando um retorno à Câmara Municipal, no sentido de votarmos – a ideia é votar até o final de agosto. Mas vamos deixar aberto esse diálogo, porque esse é um Governo extremamente democrático, que sempre ouviu e sempre ouvirá as categorias.

Muito obrigado pela presença. É essa a finalidade dessa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Antes de passar a palavra ao Sr. Secretário, peço para que os Srs. Vereadores se manifestem rapidamente. Faremos da seguinte forma, uma fala contra e outra a favor do projeto, intercaladamente. Poderemos prosseguir até às 14 horas, pois haverá outra reunião de outra comissão em seguida neste mesmo local. Só para ficar tudo certinho, quando abirmos a palavra para os inscritos, cada qual terá direito de falar por três minutos.

Tem a palavra o Vereador Aníbal de Freitas.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Quero cumprimentar o nosso Presidente, Vereador Alfredinho, obrigado pela autorização e pela liberdade de poder falar, pois não faço parte da Comissão de Constituição e Justiça e sim da de Saúde, mas hoje eu tinha de vir aqui. Estou faltando lá, mas vim aqui por esse projeto se referir a uma causa muito nobre.

Quero cumprimentar também o Secretário e demais Colegas Vereadores que fazem parte desta comissão. Hoje é um dia muito importante, até quando o nosso Colega Tatto falou, realmente é fundamental o diálogo. Diálogo teve, houve uma mesa de negociação, inclusive eu e Juliana Cardoso, outra Vereadora que está batalhando por nós da categoria, mas fomos praticamente expulsos. Fomos eliminados da conversa muito educadamente, mas

ficamos de fora. Nosso intuito era realmente ajudar a categoria dos engenheiros e dos arquitetos, o que lamento muito – até estava perguntado para o Arselino, porque ele se comprometeu muito conosco em ajudar a categoria.

Secretário, todos os projetos de lei que vieram do Executivo para ajudar todo tipo de categoria – já estive na gestão passada e agora estou nessa gestão – como a dos médicos, auditores fiscais, guardas metropolitanos, professores, uma infinidade de categorias e todas foram bem aquinhoadas. Logicamente não era o anseio de todos, o que queriam na verdade, mas foram muito bem, inclusive subprefeitos, chefes de gabinetes, secretários, com salários até que dignos.

Agora, quando chega a nossa categoria existe alguma restrição. Eu não sei, falei na quarta-feira passada que não sei o que há. E somos tão poucos, somos muito poucos. Somos em 1.500, não mais que isso. Alguns engenheiros novatos conseguiram alguma coisa até razoável, mas precisamos olhar também para aqueles que estão na metade da carreira ou um pouquinho mais à frente.

Nesse projeto existe muita discrepância. Têm categorias e níveis que não conseguiremos chegar nunca. Eu sou engenheiro de carreira também, Secretário, e gostaria que tivesse uma sensibilidade muito grande, o Executivo ter uma sensibilidade, porque os Vereadores terão muita sensibilidade e querem defender, viu Colegas? Não tem um que seja contra, o problema todo está no Executivo, podem ter certeza.

Agora, Secretário, o senhor e não sei qual outro secretário, principalmente o Sr. Prefeito, têm de olhar para essa categoria com carinho. É essa categoria que toca São Paulo, essa cidade maravilhosa. Isso é importante. (Palmas)

Então, precisamos ser valorizados, vários Vereadores pensam assim, não quero que digam que é o Aníbal que está falando. Todos os Vereadores são favoráveis. O diálogo existiu, mas de maneira praticamente monóloga, porque eram os engenheiros e arquitetos pedindo e a Prefeitura só falando o que queria. É isso o que vou pedir.

E mais ainda, pedi a liberdade para o Tatto, pois tenho um carinho muito grande por ele, para que essa audiência seja boa. Será que essa audiência servirá para ouvirmos a categoria e vocês se sensibilizarem ou brincarão que todos vêm aqui e não adiantará de nada? Isso que é importante, eles terem vindo aqui. Nunca vi tanta gente. Puxa vida, são 400 lugares. Então, queria pedir um carinho todo especial para isso e que essa vinda não seja desprezada.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) - Muito obrigado, Vereador Aníbal de Freitas.

A SRA. SANDRA TADEU – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Pediria a compreensão dos Srs. Vereadores, pois senão não poderemos ouvir os trabalhadores.

A SRA. SANDRA TADEU – Sr. Presidente, gostaria de falar rapidamente algumas palavras.

Gostaria de perguntar ao Secretário se ele já trouxe alguma proposta, porque é impossível que o Secretário não saiba as reivindicações das pessoas que aqui estão. Não adianta ficarmos ouvindo sobre subsídio, gratificação, o final das carreiras, pois todos estão há quase dois anos discutindo esse assunto.

Então, espero hoje que o Secretário mostre as propostas que o Governo têm para esta Casa e para essa categoria. Não adianta vir dizer que irão ouvir e estudar as reivindicações, porque todos já ouviram. Mentira daquele que falar que não sabe quais são as reivindicações.

Para não ficar algo desgastante, mentiroso ou enganoso, espero, Secretário, que o senhor venha com propostas que possamos discutir sim. Não digo que o Governo vá atender a tudo, mas que tenha alguma proposta para discutirmos e a partir daí fazer uma audiência pública para ouvir as propostas que o senhor tenha a oferecer à categoria.

Era o que eu queria dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) - Muito obrigado, Vereadora Sandra Tadeu.

Tem a palavra o Sr. Secretário Valter Correia da Silva, da Secretaria de Gestão, para fazer sua explanação em relação ao PL 305/2015, do Executivo.

O SR. VALTER CORREIA DA SILVA – Boa tarde, Presidente Alfredinho, Vereador Arselino, Sras. e Srs. Vereadores desta Casa. Boa tarde a todos e a todas.

Discutimos, ao longo de pelo menos três meses, de forma muito intensa todas as representações dessa carreira. Fizemos várias ponderações, muitos estudos conjuntos, abrimos todos os números da Prefeitura em relação a essa e outras carreiras. Obviamente conseguimos incorporar algumas reivindicações ao longo desse período de negociações e outras não.

Então, para dar uma resposta à Vereadora, nós chegamos à proposta possível, a que foi encaminhada a esta Casa.

Nós estamos na audiência a convite desta Casa para, eventualmente, se houver alguma novidade, para podermos incorporar ao PL. Eu gostaria que, muito rapidamente, em 10 ou 15 minutos, a Marcela pudesse apresentar a síntese do PL. Não vamos apresentar, obviamente, item a item, mas é importante que todos tenham conhecimento pleno do que está sendo proposto para essa carreira.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Pessoal, estamos fazendo uma audiência pública, se não deixarmos o Secretário falar, não há como fazê-la.

Todos vocês terão o momento para falar. Haverá inscrições.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

R – Nós fizemos, como eu disse, diálogos intensos, inclusive, depois que o PL esteve aqui, a gente continuou dialogando. E nós fizemos o que achamos a melhor reestruturação possível para essa carreira, inclusive, atendendo a uma reivindicação da própria categoria do ingresso de oito salários e meio para poder trazer e fixar a carreira com 17 níveis, para que todos que estejam nessa carreira possam vislumbrar a forma com que vai ser a sua progressão ao longo dos anos. Então, nós fizemos de tal maneira que pudesse reestruturar

daqui para o futuro, corrigindo uma série de distorções que havia e, obviamente, procuramos não gerar novas distorções. Esse foi o grande mote dessa reestruturação a exemplo de outras carreiras que vêm sendo reestruturadas ao longo desse Governo.

Eu posso até abrir mão da apresentação – como todo mundo já conhece.

Vamos abrir mão da apresentação. Não há nenhum problema com relação a isso, para termos mais tempo para debatermos as questões que as senhoras e os senhores trouxeram. (Palmas)

Sr. Presidente, abriremos mão de apresentar a proposta – como todos já conhecem -, para dar mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Podemos abrir direto para o plenário? (Pausa)

Quero anunciar a presença do Sr. Vereador Nelo Rodolfo. (Palmas)

Como o Sr. Secretário passará a palavra ao público, o primeiro inscrito é o Sr. João Damaro, que falará contrariamente ao projeto.

O SR. JOÃO DAMARO – É o seguinte: somos da categoria de Engenheiros e Arquitetos Municipais, com muita honra, da maior cidade do país e que presta relevantes serviços a essa Cidade, ajudando os Exmos. Vereadores, que são muito bem recebidos e tratados, assim como o Executivo. Então, essa tríade tem que ser respeitada a bem do serviço da cidade de São Paulo. Então, senhores, se me permitem, quero entregar como documento para a Mesa, extensivo ao Executivo, e o lerei rapidamente para que todos tenham ciência.

- É lido o seguinte: (*documento da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos Municipais de São Paulo*)

Vamos protocolar esse documento com mais de mil assinaturas no abaixo-assinado apoiando essa manifestação.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra o Vereador Nelo Rodolfo.

O SR. NELO RODOLFO – Cumprimento o Vereador Alfredinho, Presidente; Vereador Arselino Tatto, Líder do Governo; meu amigo, Vereador Aníbal, Engenheiro de carreira, profissional valoroso; Vereador Ari Friedenbach; Vereadoras Sandra Tadeu, Juliana Cardoso e Secretário Valter Correia, a quem me dirijo diretamente, porque gosto de falar a verdade, acho que todos os Vereadores têm uma ligação com um engenheiro ou arquiteto da Prefeitura.

Se lembrarmos de ponto por ponto do combinado com o Governo, e foi combinado agora na semana passada com o Líder do Governo, gostaria que o senhor, Secretário, entendesse que todas essas pessoas que estão aqui querem ter a sua dignidade resgatada.

- Manifestações na plateia.

O SR. NELO RODOLFO – O arquiteto da Prefeitura trabalha em todas as secretarias. No ano passado o Prefeito mandou para cá um projeto com essa questão de que o engenheiro já estava como analista. O engenheiro não é analista. O engenheiro é engenheiro e o arquiteto é arquiteto. E numa iniciativa do Prefeito e não da Câmara, Sr. Secretário, a pedido dos Vereadores, foi retirado do projeto dos subsídios todos os engenheiros e arquitetos.

E foi combinado – o senhor não era Secretário – que os engenheiros e arquitetos ficarão à parte do projeto do funcionalismo e seria mandado, no dia primeiro de fevereiro, um plano resgatando cada engenheiro e cada arquiteto da Prefeitura de São Paulo. Não foi feito isso pelo Governo. Foi feito pior, Sr. Secretário, votamos aqui o projeto dos auditores, votamos o projeto da Guarda Municipal, criamos os controladores com um salário absurdo, e lugar de controlador é na Delegacia de Polícia, não é na repartição municipal.

- Manifestações na plateia.

O SR. NELO RODOLFO – E pode convir comigo e com todos os Vereadores que aqui estão, incluindo o Líder do Governo, no final do mês de junho, o senhor mandou o mesmo plano, pondo os engenheiros e arquitetos nos subsídios. Não vamos votar isso.

Ontem à noite falei com o Prefeito, estava lá o Vereador Aníbal que está lutando. Todos estão lutando. Os líderes da Câmara vão votar o projeto que foi combinado com o Governo. O engenheiro vai voltar a ser engenheiro. O arquiteto vai ser arquiteto. Os engenheiros e arquitetos vão continuar recebendo como vencimentos, porque eles trabalharam a vida toda e não é justo agora eles terem o seu salário retirado.

E conversei também com o Presidente Donato, Sr. Secretário, sobre a trava que tem quando o engenheiro e o arquiteto não conseguem chegar no final da carreira. Não é justo o funcionário entrar na Prefeitura com o salário de início de carreira, que ele julga alto porque está começando – seis, sete mil -, com 20, 20 e poucos anos de idade, mas não é justo aposentar com 10 mil depois de 30 anos de trabalho. Não é justo.

O senhor tem a responsabilidade de mandar para a Câmara o substitutivo que foi combinado com o Governo. Se o senhor não mandar os Vereadores vão fazer.

Era só isso. Boa noite a todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Registro a presença dos Vereadores Toninho Vespoli e Juliana Cardoso.

Tem a palavra a Sra. Cida Matos, do Sindisp.

A SRA. CIDA MATOS - Boa tarde a todos, nobres Vereadores, Sr. Secretário. Foi com muita surpresa que nós, na mesa de negociação, com as cinco entidades, tivemos o projeto retirado de discussão, com alguns artigos que não chegaram nem a ser debatidos. No caso da Sindsep e da Fetam, que são entidades irmãs, nós temos o seguinte entendimento: todos os pleitos são legítimos, não há nenhum equívoco em relação a integração por tempo e tudo o mais. Mas na mesa de negociação nós tínhamos o seguinte posicionamento: as entidades específicas, ou seja, senasasp (?) e ceesp (?), têm o domínio do específico da área,

então acompanhamos o processo, porque não tínhamos limitação na superação dos temas subsídio e integração por tempo porque o nosso sindicato já tinha aprovado o 312 e o 507, que são as leis de analistas e da saúde. Então não tínhamos esse problema, de modo que restava às outras entidades debaterem.

Sempre nos foi dito no processo de negociação que a base de negociação era a Lei 16.119, e assim procedemos. Qual não é a nossa surpresa quando o projeto foi suspenso. E uma das coisas que estava sendo negociada era a questão da retroatividade, que é um limite previsto no art. 28 como não existente para o PL 305. Isso é um problema, porque a retroatividade representa valor, mas também tempo de progressão. Você tem outros elementos no projeto de lei que os colegas vão colocar. Na Lei 16.119, por exemplo, você tem um gatilho em relação à promoção. Na Lei 16.119, é muito mais claro como será feita a promoção, porque pelo menos tem um critério básico, o que permite que os servidores, dado o tempo e a não regulamentação... porque esse é o dilema de todos os servidores: a não regulamentação do que quer que seja. Quer dizer, já somos usurpados na integração por tempo, já somos usurpados em relação aos dilemas da forma de remuneração e a vários direitos, e ainda por cima um monte de coisa é jogada para regulamentação, que não acontece. Exemplo: a questão dos planos, que na lei de especialista existe, e que a gente precisa ter dirimida, como qual é o valor, por exemplo. Então um mínimo de regulamentação, de auto-regulamentação no projeto de lei, é importante. Como o processo de negociação foi levantado, a mesa foi levantada, a gente não chegou a discutir os artigos, e procuramos o Governo, no dia seguinte à entrada do projeto na Câmara, para saber qual seria a disposição de fato do Governo, para entrarmos em acordo com os artigos. Enfim, temos toda uma questão referente a mudanças climáticas, às nossas atribuições, como elas estão colocadas.

Termos servidores que estão em outras áreas, que não são da construção civil, que não são exatamente do licenciamento do território – caso dos servidores, engenheiros, agrônomos, de alimentos, químicos, que estão em Covisa, que estão na saúde e na educação.

Então, na atribuição colocada geral para o cargo de analista em desenvolvimento urbano, não é prevista a atribuição desses personagens. Então cada um vai vir falar, mas as mudanças climáticas estão aí.

Todos nós somos vinculados entre si com compromisso para a qualidade da cidade. Todos nós, servidores públicos, que entramos pela porta da frente pelo concurso público, vimos por opção; não é cargo eletivo, é opcional. Nós vimos, fazemos o concurso e tomamos posse, e todos nós ficamos aqui um tempo. Todos nós somos vinculados à Cidade, à qualidade da Cidade.

Eu agradeço a compreensão de todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Paulo Antônio Cinardi, que falará contrariamente.

O SR. PAULO ANTÔNIO CINARDI – Essa fala minha se dirige principalmente ao Sr. Secretário, que hoje estou tendo o prazer de conhecer. Digo porque nós, a grande maioria, somos por remuneração, por vencimentos. Como é curto o tempo, eu escrevi tudo.

Por que isso é importante, Secretário? Porque premia o mérito e a experiência acumulada do servidor, além do tempo dedicado ao serviço público. Permite gratificações para engenheiros e arquitetos, com atuações diferenciadas, relativas à natureza, ao local de trabalho, por exemplo, os plantões e locais distantes, permite gratificação por resultados de desempenho, produtividade e conquista de metas, estimula o desempenho e incentiva o aprimoramento técnico e científico dos profissionais através de cursos específicos.

Por regime de remuneração por vencimentos, promove um ganho adicional, independente das políticas públicas de cada Governo. Isso é muito importante, os adicionais por tempo de serviço, quinquênios e sexta-parte, conquistados por mérito e tempo de serviço. Importantíssimo, permite a paridade de tratamento entre ativos, inativos e pensionistas. Por isso tudo, torna os concursos de acesso mais disputados, selecionando e retendo, nos seus quadros, profissionais mais bem preparados, que enxergam uma visão de benefício ao longo

prazo. Isso faz com a Prefeitura - isso é muito importante - não os perca, para a iniciativa privada ou outros órgãos da Administração Pública, que têm, nos vencimentos, sua forma de remuneração.

Nada disso, Sr. Secretário, pode ser implementado com o subsídio. Subsídio é para a função temporária, como já foi dito por Vereador e passageira, e não se coaduna com funcionário que dedica, muitas vezes, toda a sua vida ao funcionalismo público. (Palmas)

Pergunto: “Se esse sistema de remuneração por subsídio fosse tão bom, por que tantas categorias, no Brasil, incluindo carreiras da Magistratura, do Ministério Público, estão lutando para restabelecer as parcelas de adicionais por tempo de serviço como no sistema no sistema de vencimento garante?”

Vejam as PECs 2, 5 e 68/2011 e PEC 63/2013. Quero alertar aos Srs. Vereadores que, caso o sistema de subsídio fosse implantado, despertaria hoje, na maior parcela de nossa categoria, quase totalidade dela, um profundo sentimento de frustração e derrota, que seria, em pouco tempo, incorporado por aqueles que hoje não se dão conta do engodo que seriam vítimas.

Os Srs. Vereadores teriam, portanto, num futuro bem próximo, o difícil encargo de não suportar as diversas manifestações de desagrado, que, (inaudível) toda certeza, a volta da forma de pagamento pelo sistema de vencimentos.

A nossa carreira necessita ser encarada, porque, verdadeiramente, é como peça fundamental para a gestão e desenvolvimento da Cidade, digna de respeito e consideração, coisa que não existe hoje.

Termino minha fala exaltando o funcionário público, que, diferente daqueles contratados, através de empresas terceirizadas e sem qualquer vínculo ou comprometimento com o serviço público, percebem salários três ou quatro vezes, ou seja, isso da tabela de Edif, 25.600 reais por 160(?) horas de tabela - Eu estou com a tabela aqui e vou entregar - exclusivamente servido aos interesses comerciais, relegando à Cidade a um simples objeto de

lucro financeiro.

É só isso que eu tinha a dizer. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Claudia de Arruda se inscreveu para falar favoravelmente ao projeto.

A SRA. CLAUDIA DE ARRUDA – Boa tarde a todos. Sou recém-egressa do último concurso e eu, na verdade, quero colocar a minha posição como reformista. Eu não estou aqui contra nenhum pleito, eu só quero que alguns artigos da proposta 305 sejam avaliados e sejam considerados.

Uma questão que a Cida falou é sobre as regulamentações posteriores. Isso cria, sim, uma insegurança. Olha, ninguém aqui quer passar um cheque em branco para ninguém e a regulamentação posterior é, sim, um cheque em branco. O que estamos querendo é que no mínimo haja alguma situação que dê garantia para quem venha a aceitar ou não esse novo PL. Na questão da promoção, o que a gente está pedindo é que, caso não haja a regulamentação no prazo definido, que tenha uma solução que seja temporária, que seja, como foi colocado, inclusive, no Plano Diretor, enquanto não ocorra uma situação definitiva, que se tenha uma provisória, para não criar cláusula de barreira.

O pessoal do S4, que (palavra ininteligível) E4 e vá para o E5, sem não tiver uma regulamentação, fica lá estacionado e o mesmo acontece com os outros níveis. É o tipo de situação que, sim, pode muito prejudicar a todo mundo, é geral. O que sugerimos é que, caso não haja essa regulamentação no tempo hábil, ministrado pela lei, haja no mínimo a passagem de tempo. Na verdade, que seja unicamente pela razão da apuração do tempo de efetivo exercício na categoria, nos moldes do artigo 16, que é da mesma legislação.

Outra questão é que, com as regulamentações, que seja criada ou uma janela, ou seja estendido. Passou a legislação, regulamentou-se, que se tenha posteriormente um novo tempo para que quem se interessar possa se inscrever na nova legislação, ou que possa sair dela. A regulamentação é o que vai, na verdade, definir a situação na carreira. Então, que seja

exatamente isso. Que você tenha a opção de escolher o que você está assinando. Ou seja, uma janela depois das regulamentações para que você possa entrar ou sair com pleno conhecimento do que você está aceitando. É só isso muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra o Sr. José Mario Neri, para falar contrariamente.

O SR. JOSÉ MARIO NERI – Srs. Vereadores, Sr. Secretário Municipal, Sra. Chefe de Gabinete de SMG, caros colegas engenheiros e arquitetos, cidadãos paulistanos presentes, boa tarde.

Sou José Mario Neri, arquiteto lotado na Secretaria Municipal de desenvolvimento Urbano, e estou também delegado sindical do Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo para a elaboração do plano de carreira, cargos e salários para os engenheiros e arquitetos municipais. No ano passado, a Presidência desta Casa, o Vereador José Américo, contando com o apoio de Vereadores de vários partidos e de lideranças do Governo, solicitou ao Executivo que fosse elaborado um novo plano de carreira para os engenheiros e arquitetos, encaminhando como projeto a minuta de projeto de lei, elaborada pelas lideranças desta Casa, juntamente com as três entidades representativas da categoria: o Sasp, Seesp e a Seam – que são os sindicatos dos arquitetos, engenheiros e a associação dos engenheiros, arquitetos e agrônomos municipais.

O ano de 2005 mal havia começado e o Governo foi procurar as três entidades para saber do ano de 2015, ou seja, para saber quanto ao nosso plano, mas ocorreu uma reforma institucional na Prefeitura e assim que o novo Secretário de SMG, Valter Correia, tomou posse houve uma reunião em seu gabinete em que se comprometera com a proposta de Plano de Carreira para os engenheiros e arquitetos municipais, no final de abril, Foi então montada uma mesa de negociação. Entretanto, contrariando o que foi pedido pelos Srs. Vereadores e pelas lideranças políticas da sociedade e da base de Governo desta Casa, os representantes de SMG não apresentaram o esboço da proposta do que seria o plano de carreira da categoria.

Foram três meses de reuniões semanais e o Governo não apresentou nada. Ficou o tempo todo insistindo que não abriria mão da proposta de remuneração por subsídio. Ao final, apresentou uma tabela salarial de remuneração em que passa a régua por baixo e oferecendo reajuste menor para quem mais se dedicou nas suas atividades na Prefeitura, ou seja, quem ocupou funções de chefia e para aqueles que têm mais tempo de carreira, os veteranos que têm quinquênio e sexta parte.

Na mesa de negociação, insistimos que o sistema de subsídio não atende às carreiras e atividades de Engenharia e Arquitetura executadas pela Prefeitura. O regime de subsídio não permite que fatores de mérito pessoal possam ser acrescentados ao padrão salarial. O sistema de subsídio não incentiva o profissional a exercer funções de liderança, de chefia nas equipes técnicas das Secretarias e das Subprefeituras, porque não permite que vantagens de mérito pessoal, em forma de gratificações específicas, possam ser agregadas aos salários. Do mesmo modo, o subsídio não permite que gratificações por tempo de serviço na carreira, como quinquênios e sexta parte, possam ser fatores de composição do salário.

Pergunto ao Sr. Secretário aqui presente se V.Exa. não acha imprescindível que os Engenheiros e Arquitetos sejam estimulados e incentivados a ocuparem cargos de chefia nas seções técnicas, nas divisões, nos departamentos e nas assessorias técnicas da Prefeitura, relativos aos nossos campos de atuação, especificamente os projetos e obras, o uso e ocupação do solo, a preservação do patrimônio histórico e do meio ambiente ou o licenciamento de obras particulares.

Pergunto ainda se esses funcionários, depois de anos em exercício nesses cargos ou funções de confiança, como na forma prevista na legislação municipal específica, não deveriam ter a permanência dessa gratificação em seus salários.

Por que a atual gestão acha que os Engenheiros e Arquitetos não têm mais esse direito, como têm os Procuradores, os Auditores, os Agentes Vistores, os Professores e mesmo os profissionais que ocupam os DAS, mas que não são efetivos. (Palmas)

Todos sabemos que todos os atos decorrentes do exercício desses cargos são de responsabilidade técnica e cobradas durante e depois do exercício do cargo. Os Engenheiros e Arquitetos respondem e responderão durante toda a sua vida profissional e funcional pelos atos que pratica ou deixar de praticar no exercício de determinado cargo de chefia. Responderão aos órgãos internos de controle, à Procet, à Controladoria-Geral do Município, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público, ao Tribunal de Justiça e a toda a sociedade paulistana.

Então, Sr. Secretário, Srs. Vereadores e Vereadoras, nada mais justo que esses profissionais continuem tendo a permanência salarial da gratificação de função depois dos anos, de acordo com a lei, que passou ocupando essas chefias. E isso é incompatível num regime por subsídio. É por isso que ele não serve para a categoria profissional dos Engenheiros e Arquitetos. Essas são as principais razões de ordem técnica pelas quais os Engenheiros e Arquitetos e suas entidades representativas são favoráveis ao regime salarial por vencimentos e que este seja mantido no novo plano de carreiras, que ora está sendo debatido nesta Casa. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Muito obrigado, Sr. José. Tem a palavra o Sr. Mauryas de Castro Manzoli, que falará favoravelmente.

O SR. MAURYNAS DE CASTRO MANZOLI – Peço respeito, por gentileza. Trago algumas propostas que vou entregar à Mesa, depois me manifesto.

Nós do Inicial temos um conjunto de situações um pouco diferente do Final. Isso é mais do que sabido, as entidades falam que o Inicial está sendo tratado de maneira diferente. Por isso mesmo, não apenas pela forma como estamos sendo tratados, mas pelas diferenças atuais, isto é, em função das condições de carreira serem bastante diferentes, temos um posicionamento que é naturalmente diferente.

- Manifestação na plateia.

O SR. MAURYNAS DE CASTRO MANZOLI – Por gentileza. Na realidade não há um

grande conflito entre Inicial e Final. O que acontece é que há um conflito de estratégias e de posições que não conseguimos ainda costurar internamente com todo o sucesso.

De qualquer forma, trazemos algumas propostas justificadas de alguns pontos de ajustes que independem de subsídio e das regras de migração. Elas se aplicam tanto ao PL 305 como a qualquer substitutivo que venha a ser elaborado.

Não houve espaço para colocarmos isso na minuta que foi apresentada como substitutivo, por isso, caso haja interesse, ficam as contribuições, que se aplicam a qualquer caso. Não há conflito. Entre eles, o que já foi falado: retroativo, regulamentação de plantão, a questão da licença-gestante e por acidente de trabalho. Pela maneira como está proposta, quando uma servidora tira uma licença-gestante, o tempo do probatório fica paralisado. Da mesma forma, quando um servidor se acidenta cumprindo sua função, ele corta o tempo. Puxa vida, exercendo a função, já se acidentou, já vai ser avaliado em condições diferentes, fica sem a gratificação, pelas regras atuais, e além de tudo, paralisa o probatório.

São coisas que não têm sentido algum e que estão nessa lei. São sugestões que estou fazendo nesse sentido. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Muito obrigado. Tem a palavra a Sra. Taise Indrig e, em seguida, vou passar a palavra ao Sr. Secretário, pois estamos quase terminando a audiência e S.Exa. precisa responder a algumas questões.

A SRA. TAISE INDRIG – Serei breve. Srs. Vereadores e membros do Executivo, quero de forma muito breve pedir a reflexão dos senhores quanto à proposta de remuneração por subsídio.

Há menos de dois meses, esta Casa aprovou a valorização da carreira de Auditores, remuneração sob a forma de vencimentos. Esta Casa acatou, portanto, a premissa de que para haver uma carreira capaz de manter os melhores profissionais nos quadros da Prefeitura é preciso contemplar uma forma de remuneração que estimule a produção e seja baseada no mérito. Assim, os senhores aprovaram os vencimentos para os Auditores.

No *site* da Câmara, alguns Srs. Vereadores afirmaram que essa remuneração por mérito, como a dos Auditores, deveria ser estendida às demais carreiras da Prefeitura. Pois bem, em menos de dois meses, estamos aqui nós, Engenheiros e Arquitetos, diante de uma proposta de subsídio que exatamente retira todos os itens de mérito da nossa remuneração, como gratificação de produtividade (Palmas), os cargos incorporados, quinquênios e a sexta parte, igualando situações completamente desiguais.

Eu sofri muito para incorporar o cargo que tenho, com nove anos de Prefeitura, e os senhores vão tirar (Palmas), portanto, peço que os senhores pensem muito bem, com muito critério, antes de aprovar esse PL e não cometam um grande erro e uma grande injustiça com pessoas como eu.

O Vereador Arselino Tatto, Líder do Governo, nessa mesma matéria na Câmara que eu li disse: “que ao aprovar o PL dos Auditores, com uma carreira valorizada, como a deles, quem ganha é a Administração e a população”. Acredito que o mesmo vale para nós, Engenheiros e Arquitetos, não? (Palmas)

Para finalizar, eu peço respeito a essa carreira, que está na sua maioria aqui, o respeito ao direito adquirido, ao tempo de trabalho e a todo o nosso esforço e dedicação.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Muito obrigado.

Eu vou chamar a Sra. Patrícia, do Sindicato dos Geólogos.

(NÃO IDENTIFICADO) – Com licença, vou pedir uns 15 segundos para a Patrícia para dizer que ainda há mais de 200 Engenheiros lá embaixo, pois não puderam subir. É só mandarem ver. (Palmas) Ou seja, estamos em mais de 500 aqui hoje.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PATRÍCIA – Boa tarde a todos. Eu quero agradecer à Mesa, por abrir esse espaço e me solidarizar com os colegas Engenheiros e Arquitetos.

Eu represento o Sindicato dos Geólogos, somos uma categoria pequena, mas

estamos, há dois anos, na mesa de negociação, e, infelizmente, nós fomos erroneamente enquadrados no PL que se transformou na Lei 119, do subsídio e que criou a carreira do Analista na Administração Pública.

Nós estamos, erroneamente, enquadrados na categoria de Analista Territorial.

Nós somos solidários a essa luta. Achamos que já deu a hora de o Governo resolver que esta Casa seja muito generosa para com essa categoria.

Da mesma forma que a colega veio aqui e falou de anos e anos, o profissional Geólogo faz, neste ano, 25 anos. É a primeira Prefeitura do Brasil a ter esse profissional, o que é uma grande conquista.

Vou ler aqui, rapidamente, o parecer que o Presidente do CREA, encaminhou ao Sr. Prefeito Fernando Haddad em 25 de novembro de 2014, quando pedimos que saíssemos do PL porque o Geólogo e o Engenheiro Geólogo é da categoria da tecnologia vinculada ao CREA. “O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo, dotado de personalidade jurídica de direito público é uma autarquia federal responsável pela fiscalização, orientação e aprimoramento do exercício das profissões tecnológicas, dentre elas, o profissional Geólogo ou Engenheiro Geólogo” – dentro da Prefeitura existem os dois profissionais e, no CREA, estamos inseridos na categoria Engenharia, nos termos do artigo 4º e 7º da Lei Federal 4.076 de 20 de junho de 1962.

Assim, o Geólogo e Engenheiro Geólogo se equipara nos preceitos legais do direito e dever dos Engenheiros em geral, com base no acima discorrido, todo plano de carreira de nível universitário estabelecido nas diversas instituições públicas brasileiras devem incluir Engenheiros, Engenheiros Agrônomos, Geólogos ou Engenheiros Geólogos, sendo mister que a isonomia se faça presente por uma questão legal e de justiça.

O desenvolvimento de estudos da organização e atualização permanente do quadro do pessoal de nível superior da Prefeitura de São Paulo, na área tecnológica, deve prezar pela equidade e garantia de isonomia de oportunidades, inclusive, no que tange aos

padrões de vencimento e salário do funcionalismo municipal da área tecnológica.

Desta forma, o órgão tem o piso salarial de 8,5 salários-mínimos.

Na nossa categoria, somos 50 cargos. Hoje, estamos em 20 entre ativos e aposentados, porque o inicial é uma vergonha. Não existe mais Geólogo em curto prazo.

Estamos protocolando um substitutivo, no qual solicitamos que sejamos incorporados à carreira de Engenheiros porque, assim, o somos pela lei federal.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Passo a palavra ao Sr. Secretário Valter Correia para que possa responder as dúvidas e os questionamentos que foram apresentados na audiência.

Obrigado.

Depois, decidiremos se daremos continuidade à audiência ou se entraremos na reunião da Comissão.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Passamos a palavra a ele, como representante do Sindicato dos Arquitetos, pode ser? (Pausa)

O senhor diga seu nome, por favor, porque não tenho aqui na lista.

O SR. VICTOR CHINAGLIA – Meu nome é Victor Chinaglia, sou o Diretor do Sindicato dos Arquitetos que está coordenando a campanha salarial na Prefeitura.

Em primeiro lugar, fico emocionado ao ver todos aqui, porque poucos acreditaram que a categoria fosse fazer um movimento tão grande e tão poderoso, poucos.

Na mesa de negociação, a maior parte dos sindicatos não acreditava nas nossas reivindicações, nos isolaram, debocharam do nosso movimento muitas vezes. Mas sempre acreditamos que estaríamos aqui fortes no nosso objetivo.

Sr. Secretário, nós paramos por 17 dias, na primeira e única paralização dos profissionais na cidade de São Paulo.

E o senhor, quando comenta que está falando o salário-mínimo profissional, ou não tem conhecimento da nossa lei ou não a está respeitando, porque salário é salário; subsídio é subsídio.

O nosso salário não é de 8,5 salários-mínimos. Está fácil fazer esse cálculo no projeto de lei apresentado pela Prefeitura.

O que mais me espanta é o planejamento deliberado para acabar com a carreira de Arquitetos e Engenheiros da Prefeitura. (Palmas)

Não é à toa que a Prefeitura apresentou um projeto divisionista da categoria, para fragilizar as suas entidades, para fragilizar os dirigentes sindicais e as nossas bases. Muitos caíram nesse engodo. Tentaram dividir a categoria, mas, mesmo “a fala dos mais jovens, aqui, mostra que estávamos no caminho correto e outras categorias, agora, querem vir em nosso vácuo”. (Palmas)

Vejam a base de apoio dos Srs. Vereadores que estão do nosso lado. No começo, nenhum líder foi contra os engenheiros e arquitetos. Pelo contrário. Levantaram um papel fundamental dos arquitetos e engenheiros neste país, não só na cidade de São Paulo. Não é à toa que, hoje, estamos vendo a bandalheira que está acontecendo na construção civil, colocando o Projeto Brasil em risco, e não é esse projeto que está sendo apresentado pela Sra. Presidente Dilma. Não é esse. Temos de deixar claro aqui, que esse movimento continuará, sim. Essa votação, na Câmara, é mais uma etapa, sabemos disso. Mas não teremos receio de voltar à posição que seja necessária para pressionarmos a Prefeitura a respeitar de novo a nossa categoria.

Muito obrigado, companheiros. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Valter Correia da Silva.

O SR. VALTER CORREIA DA SILVA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, é muito difícil reproduzir toda a discussão, que fizemos ao longo desses três meses, em uma

audiência de uma hora. Todas as questões, que foram colocadas aqui, foram exaustivamente discutidas.

- Manifestações na galeria.

O SR. VALTER CORREIA DA SILVA – Algumas foram aceitas e outras não.

A grande polêmica, pelo menos que me foi reportada, da saída da categoria do PL, do ano passado, foi justamente a discussão dos subsídios, e colocamos que essa era...

- Manifestações na galeria.

O SR. VALTER CORREIA DA SILVA – Ouvi todos vocês com muita atenção.

Temos uma estrutura bastante antiga de remuneração de carreiras, ainda, em São Paulo. Quando colocamos que temos 67 rubricas de pagamento, isso significa fazer com que cada servidor tenha uma folha singular. Cada um tem uma especificidade. Não temos uma transparência, inclusive, na remuneração dos servidores da Prefeitura de São Paulo.

Quando falamos em valorização das chefias, estamos, aqui, sendo contraditórios. Ao incorporar os cargos de chefia, o que estamos fazendo é justamente fragilizar as chefias em todos os setores, porque, com o subsídio, poderemos dar, sim, o cargo de chefia e, aí, sermos remunerado pela chefia.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. VALTER CORREIA DA SILVA – Ouvi o que vocês falaram, concordando ou não. Os senhores e as senhoras podem ou não concordar com o que estou falando, mas essa é a nossa posição na discussão.

Podemos ter alterações no PL, nesta Casa? Podemos. Estamos colocando a nossa posição. Em relação ao subsídio, é uma realidade que veio para ficar na Prefeitura de São Paulo e isso será feito para todas as carreiras.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Silêncio.

O SR. VALTER CORREIA DA SILVA – Foram colocadas algumas outras questões,

que podemos até nos reposicionar, em relação, por exemplo, à nomenclatura da carreira. Isso, obviamente, não é uma questão de mérito para nós. Podemos, sim, rever a nomenclatura, inclusive nas questões das atribuições da carreira, reportando às legislações federais, porque isso já regulamenta todas as carreiras de engenheiro, de arquiteto, enfim.

A questão dos geólogos, que também foi colocada aqui, podemos, sim, fazer essa discussão e incorporar, se isso for entendimento global da carreira. Não há problema algum em fazer esse reconhecimento, se isso for colocado pelo próprio CREA. Não vemos problema nisso. Então, questões dessa ordem, acho que é possível fazermos uma nova reflexão.

Muito rapidamente, a questão da regulamentação. A regulamentação, temos colocado por meio de decreto. Podemos, sim, soltar um decreto regulamentando com a lei. Podemos trabalhar isso com vocês. A parte fundamental, podemos colocar no PL. Não queremos, também, engessar a própria regulamentação, que pode ser alterada ao longo do tempo, sem necessariamente termos de fazer uma nova discussão de um PL. Isso facilita para todos os lados: tanto para a Administração, quanto para a própria carreira. O que nunca vamos fazer, pelo menos nesta gestão, é regulamentação que não seja de comum acordo com a própria carreira.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. VALTER CORREIA DA SILVA – Senhores, estou colocando, aqui, uma posição que não é só da Secretaria de Gestão, é uma posição de Governo. Estou falando em nome do Governo. As questões colocadas, passíveis de assimilarmos, conseguiremos fazer. A questão do subsídio, já fizemos essa discussão ao longo deste ano inteiro, deste meio ano inteiro.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. VALTER CORREIA DA SILVA – Fizemos sim. Fizemos vários debates, fizemos discussão.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. VALTER CORREIA DA SILVA – Fizemos com os representantes da categoria.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. VALTER CORREIA DA SILVA – Aceitar é outra coisa. Os senhores não aceitaram. Isso é outra questão.

Estamos muito conscientes de que estamos fazendo uma nova carreira, regulamentando essa nova carreira e construindo uma carreira para os próximos 20, 30 anos. Não estamos resolvendo um problema para esta gestão.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. VALTER CORREIA DA SILVA – E acho que já acabamos o tempo, também. Acho que não dá para reproduzir, aqui, todas as discussões que foram feitas ao longo desses três meses.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Preciso abrir a reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

Disse, no começo, que as inscrições poderiam ser feitas até às 14h. Quem não falasse até às 14h, não poderia mais falar, por falta de tempo.

Estou encerrando esta audiência pública.

Estão encerrados os nossos trabalhos.